



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo - SMTE

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

Ata da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CMDRSS. Aos quatro (04) dias do mês de julho de 2017, na sala 09 do 5º Andar da Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo, na Avenida São João, 473, Centro, São Paulo – SP, realizou-se a 9ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS. **PAUTA:** 1. Informes 2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Plano Plurianual - PPA; 3. Plano de Desenvolvimento Rural – estratégias, comissões e tarefas; 4. Visita produtor de ornamentais; 5. Encerramento. Estiveram presentes, conforme assinatura em lista: Cristiano Mendes, Maria Clara Zupardo e Leandro Costa Cuerbas – Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo; Patrícia Marra Sepe – Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Isamu Yokoyama – Conselhos das Áreas de Proteção Ambiental Capivari Monos e Bororé Colônia; André Biazoti – Movimento de Agricultura Urbana da Região Centro/Oeste; Andrea Mayumi Chin Sendoda – Secretaria Estadual do Meio Ambiente; Juliana Hernandez Antunes – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal; Maria Lucia Belenzani – Câmara Municipal. A reunião foi iniciada com informes dos Conselheiros. Cristiano informou que o Ministério da Agricultura iria conceder certificado de produção orgânica para 10 produtores da Zona Leste. André B. disse que a certificação para a produção urbana de alimentos é um grande avanço para o movimento. Sobre as visitas produtores da Zona Leste, Cristiano falou do contato que foi feito e a abordagem não foi muito bem aceita e que fará contato novamente e direto com o Sindicato Rural para viabilizar a visita. André B. disse que a visita aos pescadores ficou para uma data posterior, mas sem um dia acertado, por conta do problema com o contrato de barco na região de Parelheiros, mas ressaltou que a falta de barco não é um impeditivo. Sobre o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, Leandro explicou que algumas visitas às Secretarias estão sendo feitas com o objetivo de sensibilizar os Gabinetes para esse trabalho. Além disso, houve uma diminuição na quantidade de representantes do poder público municipal, o que afetou um pouco a consolidação de algumas tarefas. Diante das discussões foi estabelecido um Grupo de Trabalho que irá juntar o diagnóstico das ações das Secretarias para compor a tabela de ações e metas do Plano. Participam desse

grupo: Leandro, Maria Clara e André B., que se reunirão no dia 25 de julho, às 10:00h, na COSAN. Nesse mesmo sentido, Juliana e Andréia, que são representantes de órgãos governamentais externos à Prefeitura, ficaram de pensar em ações e articulações que possam contar no Plano, bem como, diagnósticos e informações. O secretário, Sr. Eliseu Gabriel esteve presente e reforçou a importância do Conselho na proposição e articulação de ações e se colocou à disposição para colaborar nas demandas deste e reforçou a importância da Lei da Alimentação Escolar para o desenvolvimento rural local. Ainda sobre o Plano, iniciou-se a discussão de alguns gargalos que permeiam a questão agrária na cidade de São Paulo, como por exemplo: a Outorga de Água, a questão fundiária. Lucia, Andréia e Juliana ficaram de buscar informações sobre essas questões e, se possível, trazer pessoas chave para a próxima reunião do CMDRSS. Juliana reforçou que se conseguirmos articular os envolvidos e as ações, isso irá ajudar no acesso dos produtores a várias políticas e disse que irá buscar informações sobre como está o convênio do Governo Federal com os estados para os processos de Regularização Fundiária, que é feito pelo ITESP e também buscará acesso sobre a malha fundiária do INCRA. Cristiano também solicitou que tragam informações de como está sendo acessado e operacionalizado o Crédito Fundiário. Andréia reforçou que, a depender de como estiver o estado dessas informações, essas questões podem entrar como propostas de ações no Plano de Desenvolvimento Rural. Sobre a Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual foi decidido a elaboração de uma carta a ser encaminhada às Secretarias e Vereadores(as). Sobre o processo de desestatização, os conselheiros e conselheiras ficaram de escrever uma carta com as demandas específicas do CMDRSS para encaminhar aos Vereadores(as) e às empresas habilitadas para propor os modelos de concessões. Após informes finais, é dada por encerrada a reunião, determinando que fosse lavrada a presente ata, lida e achada conforme, é devidamente assinada.

Luis Henrique Marinho Meira

PRESIDENTE

Leandro Costa Cuebas

SECRETÁRIO EXECUTIVO